

# O novo Ensino Médio



*Arnaldo Niskier*

*Doutor em Educação, membro da Academia Brasileira de Letras e Presidente do CIEE/RJ.*

“A boa educação é moeda de ouro. Em toda a parte tem valor.”

**Padre Antônio Vieira**

**N**ão é preciso recorrer aos clássicos para elogiar o artigo 205 da Constituição de 1988:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Na prática, no entanto, a realidade é bem distinta. Se a educação é direito de todos, como poderemos nos conformar com a existência

inequívoca de 14 milhões de analfabetos adultos (acima de 15 anos de idade)? Esta não é a única brecha do sistema nacional, pois há muitas outras, como a baixa qualidade do Ensino Fundamental, a desorganização ampliada do Ensino Médio, as agruras do Ensino Superior e, talvez, a principal delas: o mau funcionamento dos cursos de formação de professores, além da baixa remuneração do magistério em termos nacionais.

Alguém argumentará que nem só de problemas vive a nossa educação. É certo que temos uma pós-graduação de alto nível, como se deve igualmente elogiar iniciativas do governo, como a existência do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com milhões de estudantes matriculados na busca de um ensino profissional indispensável.

## O Manifesto dos Pioneiros

Deve-se dar destaque especial a um momento do país em que se reuniram especialistas para elaborar o famoso “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Foi em 1932, com o preâmbulo de que “na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação”. Redigido pelo acadêmico Fernando de Azevedo, contou o manifesto com a assinatura de 26 especialistas, criando uma base filosófica que se estendeu ao longo do tempo.

A verdade é que o manifesto denunciou, em plena Era Vargas, que a oportunidade de acesso à educação era privilégio de uns poucos.

Foi um movimento renovador, que abordou questões como laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação, tentando colocar todos no

mesmo pé de igualdade, como direitos do indivíduo, considerando o que já ocorria em nações mais desenvolvidas.

A educação nova deveria ter como fundamento a descentralização administrativa, levando a todos uma educação espontânea, alegre e fecunda, em íntima conexão com a região e a comunidade. Isso só poderia ser alcançado se houvesse uma mudança radical e profunda, como queria Alberto Torres: “A instrução pública não tem sido, entre nós, senão um sistema de canais de êxodo da mocidade do campo para as cidades e da produção para o parasitismo”. Isso tudo deve ser pensado à luz dos mais de oitenta anos decorridos, desde a divulgação do manifesto.

Seria um apelo à criatividade do aluno, desde o jardim de infância até a universidade, esta então voltada exclusivamente para as profissões liberais (engenharia, medicina e direito), quando era necessário alargar horizontes científicos e culturais, como se pede ainda hoje.

Criticou-se a falta de preparação profissional dos professores, apelando-se para a verticalidade e a cultura, o que só seria possível obter se os estudos fossem feitos em nível superior.

## Evasão

Para o educador cearense Lauro de Oliveira Lima, autor de livros importantes, “deixar uma classe ouvindo discursos não é só uma crueldade: é um atentado às conquistas definitivas da psicogenética. Classe não é auditório para os alunos e tribuna para o professor. É oficina em que se pensa, debate, manipula, pesquisa, constrói. Meditar é a forma mais sublime, a atividade específica do ser humano.

Meditar, não decorar. Refletir. Ensinamos a nossos alunos como se fossem animais. Como se não tivessem razão”.

Mais recentemente, encontramos em Viviane Mosé uma entusiasta de novos tempos para a educação. “Nosso modelo está fundado na passividade e na repetição. Não a criatividade, a inteligência viva, mas o bom comportamento, a disciplina, a ordem.” Assim, segundo ela, a escola acabou tornando-se um espaço afastado das questões que movem a vida das pessoas, dos desafios da sociedade. Não formamos pessoas, mas fragmentos desconectados, especialistas desvinculados das grandes questões humanas, planetárias. Temos de ter uma escola que incentive os alunos a descobrir seus próprios talentos.

Como se vê, o direito à educação é amplo, mas esbarra numa prática ainda precária.

De todos os nossos problemas, talvez um dos mais sérios esteja no Ensino Médio. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em sua última versão, mostra que o Ensino Médio está estagnado. Não passa de 3,7, numa escala de zero a dez. Está abaixo dos 5,2, que é a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Não adianta entupir a cabeça dos alunos com uma quantidade inacreditável de disciplinas (24, em alguns casos), o que levou o Estado de Goiás, por exemplo, que ficou com a nota 3,8, a reduzir esse número para 14, preenchendo o restante do tempo com assuntos de interesse específico dos jovens, em geral, matérias úteis aos exames vestibulares. São Paulo e Rio Grande do Sul, que só perdem para Goiás, seguiram essa mesma trilha, criando condições para a existência de uma escola mais atraente. Isso certamente levará esses estados a reduzir o incrível

índice de evasão existente no Ensino Médio. É inadiável a necessidade de uma rápida mudança nesse nível de ensino.

## Desafios

O Ensino Médio é, hoje, um dos maiores desafios da educação brasileira. Além de ser a etapa final da educação básica (a que todo cidadão deve ter acesso), ela tem papel crucial na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e/ou a continuidade dos estudos. Sua relevância, no entanto, convive com uma série de desafios.

Os estudantes chegam tarde ao Ensino Médio, se é que chegam: um em cada cinco jovens de 15 a 17 anos não frequenta a escola, e apenas metade desses está frequentando o Ensino Médio. A juventude ainda sofre da falta de oportunidades: um em cada quatro jovens nem estuda nem trabalha. São mais de quatro milhões de jovens de 15 a 20 anos perdendo oportunidades de estudar e progredir.

Entre a parcela dos jovens que alcançam o Ensino Médio, a vida também não é fácil. A maioria dos alunos termina o Ensino Fundamental despreparada para continuar os estudos, sem aprender os conteúdos básicos em Língua Portuguesa e Matemática. Isso faz com que os jovens tenham extrema dificuldade em seguir até o fim do Ensino Médio. De cada 10 alunos que entram no Ensino Médio, apenas cinco vão se formar no tempo certo. Os outros serão reprovados ou, pior, abandonar os estudos (o abandono no primeiro ano do Ensino Médio chega a 10%, e a reprovação a 17%).

Com isso, apenas metade dos jovens de 19 anos tem Ensino Médio completo. A outra metade (mais de um milhão de jovens) entra, to-

dos os anos, no mercado de trabalho com grande desvantagem para competir por vagas de emprego.

Além de ruins, os números do Ensino Médio não têm evoluído. Há 10 anos as matrículas não crescem – permanecem estagnadas em torno de 8,3 milhões de alunos –, o número dos que concluem o Ensino Médio está estagnado há cinco anos, e o nível de aprendizado nunca cresceu, desde que se começou a medi-lo, em 1995.

### Universalização da qualidade

No início do ano, foram divulgados, pela sexta vez nos 10 anos de existência do Todos Pela Educação (TPE), os dados de monitoramento da *Meta 3* do Movimento – a que acompanha, a partir dos dados da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a evolução do aprendizado adequado dos alunos. Segundo a fundadora e presidente-executiva do Movimento, Priscila Cruz, a sensação é que “o Brasil continua sendo aquele aluno que começa o ano motivado, vai desanimando ao longo dos meses, por uma série de razões, e chega ao final do período letivo já sem condições de ser aprovado, de avançar para a etapa seguinte. Aí, mais uma vez, toma bomba”, afirmou a professora, mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School.

Esse sentimento é, na verdade, explicado pelos indicadores educacionais. O monitoramento da Meta 3 do TPE mostra que, em 2015, 54,7% das crianças aprenderam o considerado adequado em Língua Portuguesa, no 5º ano do Ensino Fundamental – 27 pontos percentuais a mais do que em 2005. No nono ano, o número já foi menor – 33,9% –, mas ainda 14 pontos a mais do que há uma década. Já no Ensino Médio, 27,5% alcançaram o patamar esperado – apenas

cinco pontos a mais do que na primeira edição do monitoramento da Meta 3.

No caso de Matemática, acontece a mesma trajetória ao longo das etapas escolares, porém, os dados mostram que essa disciplina ainda é um desafio maior para alunos e professores, uma vez que os indicadores são sempre mais baixos. No quinto ano, 42,9% dos alunos atingiram o que era considerado adequado – 24 pontos percentuais acima do verificado em 2005 –, porém, no nono ano, o aumento foi de apenas cinco pontos na década, chegando a 18,2% de alunos no patamar esperado; e no Ensino Médio, apenas 7,3% – um percentual ainda mais baixo do que o verificado em 2013, que era de 9,3%, e quase quatro pontos a menos do que no início do monitoramento.

Os dados demonstram que não estamos apenas estagnados em um patamar muito baixo nos anos finais do Ensino Fundamental, em Matemática, e no Ensino Médio, em Língua Portuguesa, como estamos retrocedendo em Matemática nesta última etapa da educação básica.

Não podemos perder a capacidade de nos indignar diante desses resultados. Ainda mais neste momento de crises econômica, política e, mais recentemente, do sistema penitenciário brasileiro, que tão claramente tem ligação com a (falta de) Educação.

A melhora que tem sido percebida nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem de chegar aos anos finais e ao Ensino Médio. Em 10 anos, vimos o percentual de municípios que têm menos de 25% dos seus alunos com aprendizado adequado cair de 62,6% para 13,7%, no 5º ano do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa. Isso é resultado de um esforço que vem sendo empreendido com políticas mais focadas para essa etapa, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), basicamente uma política de formação docente.

Mesmo celebrando esse avanço, não podemos nos dar por satisfeitos. As médias, de maneira geral, escondem muitos desafios ou ofuscam bons resultados de políticas bem-sucedidas que podem ser adaptadas para outras realidades pelo Brasil.

Quando analisamos os resultados em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de uma cidade, por exemplo, vemos que, quanto maior esse número, maior o percentual de alunos com aprendizado adequado. A maioria dos municípios com menos de 10% dos estudantes com desempenho adequado têm PIB *per capita* abaixo da média nacional. A mesma correlação ocorre com as escolas: a maioria daquelas com os piores desempenhos está nas faixas de nível socioeconômico mais baixo.

Essas correlações são muito importantes. Servem para nos mobilizar. É preciso engajamento para que as condições sejam superadas e que todos os alunos brasileiros, independentemente de onde estejam, tenham acesso às mesmas oportunidades — as melhores. Temos, sim, bons exemplos de municípios que estão superando as condições adversas para garantir esse direito, contando com vontade política e políticas públicas focadas.

Universalizar a qualidade, além do acesso, é desafio muito mais complexo, que exige maior esforço e sofisticação da gestão. Políticas gerais para situações e necessidades tão distintas já não trazem mais resultados. Os indicadores, as pesquisas e os estudos educacionais devem servir para embasar ações cada vez mais focadas. Os gestores públicos precisam estudar suas redes de ensino, fazer o dever de casa, envolver escolas, família e comunidade, para que cada aluno e cada sala de aula sejam considerados nas suas especificidades e para que todos tenham o garantido o direito à aprendizagem.

## Redistribuição dos recursos

Nos últimos anos, diversas políticas federais têm focado no Ensino Médio, porém, sem muita efetividade. Em 2007, entrou em vigência o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério [Fundef]), cujo principal objetivo era, por meio da redistribuição dos recursos destinados à educação básica, universalizar o acesso ao Ensino Médio. Em 2009, o MEC transformou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998 para avaliar o desempenho do estudante ao final da educação básica, em mecanismo de seleção para o ingresso no Ensino Superior. Na prática, um vestibular nacional unificado é uma das condições de acesso ao Programa Universidade para Todos (ProUni) e ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e, deliberadamente, com a intenção de induzir a reestruturação do currículo escolar do Ensino Médio. Porém, o grande peso que o chamado Novo Enem passou a ter acabou corroborando como o único ou o principal objetivo do Ensino Médio, o ingresso na universidade, contribuindo para que seu conteúdo esteja cada vez mais distante do mundo dos jovens e do mundo do trabalho. Na verdade, o Enem engessou mais ainda o currículo e transformou a escola de Ensino Médio em cursinho preparatório para o exame.

Diante desse quadro, diversos especialistas concordam que a raiz do problema está na inadequação do currículo de Ensino Médio no país, que se mostra pouco atraente e sem significado para os jovens, que percebem um claro descolamento entre a realidade e os conhecimentos ensinados. Além disso, o Ensino Médio traz baixo retorno financeiro e poucas perspectivas profissionais para seus concluintes.

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de uma completa reformulação do Ensino Médio que permita a esse nível de ensino assumir novos significados, de forma que atenda às múltiplas exigências da sociedade contemporânea nos vários campos do saber e do trabalho.

Modelos mais leves e flexíveis de percursos curriculares precisam ser implantados. Por outro lado, a experiência educacional não pode estar limitada ao universo da escola, e, finalmente, o sistema educacional precisa se tornar mais pertinente, para que os jovens possam perceber sua relevância e conexão com seu cotidiano e com sua vida. O governo federal deve apoiar a construção de novas diretrizes para o Ensino Médio, bem como as políticas desenvolvidas pelos estados, principais responsáveis por esse nível de ensino.

### **Currículo inadequado**

Apesar do aparente consenso sobre a inadequação do currículo do Ensino Médio, a decantada reforma deste nível de ensino vem se somando a outras tantas, como a previdenciária, a tributária e a política, sobre as quais todos, ou ao menos a ampla maioria da opinião pública, manifestam-se a favor da ideia geral, mas há pouco ou nenhum entendimento sobre qual reforma deve ser implementada. Este será um dos maiores, senão o maior, desafio da gestão educacional neste ano.

Além da total reformulação do Ensino Médio, merece atenção especial a educação profissional. O crescimento significativo da demanda por profissionais capacitados em todos os níveis, dos ofícios e formação inicial até as atividades técnicas mais elaboradas e avançadas, é uma realidade do mercado de trabalho do país e do mundo.

Vários estados brasileiros implantaram, ao longo dos anos, programas de educação profissional que buscaram atender às necessidades locais. Com a criação do Pronatec, em 2011, houve uma ampliação da oferta de cursos técnicos em todo o país. No entanto, o programa, em que pese os altos recursos investidos, tem apresentado resultados insuficientes e altíssimos índices de evasão. Apenas 30% dos alunos estão fazendo cursos técnicos, os demais seguem cursos de formação continuada ou iniciação profissional. Algumas faculdades privadas que oferecem o Pronatec estão lidando com uma evasão que atinge até 60%, embora o número oficial seja de apenas 13%.

O Pronatec tem problemas de concepção e de organização: é baseado na oferta de cursos, não tem demanda; premia o número de matrículas e não a aprendizagem e o emprego; nunca foi avaliado. Outro claro problema é a subordinação da oferta de cursos aos interesses dos entes ofertantes, de forma desarticulada com as vocações e demandas locais e regionais.

É imprescindível conceber ou implantar um modelo estratégico de oferta de cursos técnicos, concomitantes ou sequenciais ao Ensino Médio, que considere a demanda específica de cada estado e suas microrregiões, que esteja alinhado aos investimentos de empresas e governos, que identifique carreiras com maior taxa de empregabilidade, que esteja em sintonia com as necessidades dos arranjos produtivos locais e que dê sustentabilidade às políticas públicas de desenvolvimento humano e socioeconômico dos municípios, estados e país.

Torna-se ainda necessário estabelecer critérios legais e objetivos para o processo de pactuação de vagas em todo o território nacional, bem como garantir a efetiva representatividade dos estados nos processos de planejamento e tomadas de decisão acerca da oferta de cursos e seu monitoramento e avaliação.

Outro avanço necessário refere-se a um melhor aproveitamento das condições de oferta das redes estaduais, que deverão ser apoiadas em suas necessidades de infraestrutura laboratorial e tecnológica, para que a ampliação de vagas do Pronatec nas redes estaduais permita a articulação da oferta de educação profissional com as propostas curriculares do Ensino Médio. É fundamental conferir transparência e objetividade aos critérios de repasse de recursos aos estados, com base no cumprimento de metas previamente acordadas.

## Mudanças

As mudanças no Ensino Médio devem passar pelo enfrentamento de um dos mitos falaciosos que ronda o debate histórico sobre a obrigatoriedade do modelo de Ensino Médio único, igual para todos para “garantir a formação de cidadãos plenos”. A realidade do nosso Ensino Médio revela exatamente o contrário. Como mostra a experiência internacional, o Ensino Médio deve ser mais flexível e oferecer trajetórias ou percursos escolares distintos, sem prejudicar a garantia de certificação de nível médio para todos os que optarem seguir uma trajetória profissionalizante de nível superior ou um curso técnico. Não faz sentido obrigar estudantes que optam por um curso técnico concomitante terem de cursar o mesmo currículo do médio acadêmico.

Por que não propor o primeiro ano igual para todos e a diversificação a partir do segundo ano, sem a obrigatoriedade de cumprir o currículo único obrigatório para aqueles que optem por curso técnico ou aprofundamento de estudo em áreas específicas? Por que não oferecer um sistema de créditos de modo que um aluno que opte pelo técnico em microeletrônica seja dispensado de algumas aulas de Matemática e Física do médio acadêmico? Por que não oferecer

disciplinas eletivas para aqueles que optam pela área de humanas e dispensá-los de algumas aulas do currículo de exatas? Por que não permitir o aprofundamento das áreas acadêmicas de maior interesse dos alunos? Por que não permitir que, independentemente das escolhas pessoais, mais acadêmicas ou profissionalizantes, todos tenham a oportunidade de encurtar caminhos, dedicarem-se mais aos estudos de seu interesse e obter a certificação de nível médio que lhes garante, no futuro, a continuidade dos estudos no nível superior?

As mudanças de grande amplitude que caracterizam a sociedade contemporânea vêm causando um impacto de proporções inéditas no campo educacional, particularmente no que concerne à juventude. O aumento crescente da demanda por mais escolaridade, a busca por novas formações, a necessidade de percursos curriculares mais flexíveis, a existência de recursos pedagógicos tecnologicamente avançados, o advento da internet e das redes sociais e a comprovada limitação das metodologias mais ortodoxas tornam evidente que a escola, como é hoje, não atende às expectativas e necessidades da juventude brasileira.

## Avanços tecnológicos

O professor, muito além de letras e números, transmite valores. Na escola, o aluno aprende a pensar. Essa é a sua função essencial: desenvolver a inteligência reflexiva. Ao focar a ética, é impossível dissociá-la da educação e da qualidade da escola. É também função da escola desenvolver o potencial de liderança que existe em todo ser humano.

A sociedade do conhecimento é uma sociedade de aprendizagem. O sucesso econômico e uma cultura de inovação contínua dependem da capacidade de atualização socioeducativa. A era atual não

funciona mais a partir da força das máquinas, mas a partir da força do cérebro, do poder de pensar, de aprender e de inovar. Devemos trocar a educação conteudística, marcada pelos decorebas, por uma educação comportamentalista, que envolve, basicamente, a formação do caráter dos jovens.

Pesquisas recentes revelam que a neurociência potencializa a inteligência dos alunos. O professor precisa trabalhar a mesma informação de modos diferentes, buscando as individualidades e tornando as aulas atraentes. Para prestar atenção em algo, o cérebro está sempre lutando contra pensamentos e elementos visuais que dispersam. É preciso buscar melhores caminhos para a assimilação de informações, reforçando a necessidade de se combater um modelo de ensino que reduz a aprendizagem à memorização de conteúdos.

Não por acaso, vemos professores investindo em práticas ligadas à música e à dramatização em suas aulas. Os ritmos e sons abrem muitas conexões para a memória de longo prazo, que é a que fixa a aprendizagem.

O professor é o agente educacional básico. É ele quem interage com o aluno quase o tempo todo. Por paradoxo, o magistério, em geral, não recebe a consideração merecida e, por frustração, reage inconscientemente, adotando atitudes incompatíveis com as suas funções.

Entre essas, é marcante o uso incorreto do poder, em que se posiciona como detentor absoluto do conhecimento, exercendo-o com autoritarismo. Nesse sentido, torna-se um disciplinador. Quer ser ouvido, não ouvir.

As escolas não são máquinas de ensino. O papel de liderança do professor é fundamental para reverter a situação mecanicista que

ainda predomina em nossas salas de aula. Mas, para isso, é necessária a mudança na cultura organizacional, criando-se um clima motivador à participação e à criatividade. Uma escola competente integra lideranças e motivações. Cria uma cultura de participação e criatividade. Está aberta à comunidade, aos intercâmbios enriquecedores, às vivências de situações-desafio.

A incompetência camuflada em exteriorizações burocráticas de poder acadêmico formal é fonte de insucessos. Todos têm condições de exercer influência na construção do bem coletivo – dirigentes, professores, orientadores, auxiliares, alunos e pais. A integração sistêmica desses personagens no contexto pedagógico-organizacional é relevante à sinergia e aos resultados.

## **Produtividade**

Falta produtividade à economia brasileira. E isso depende basicamente de uma educação de qualidade, objetivo que deve ser de toda a nossa sociedade. Quando se afirma que universalizamos o Ensino Fundamental, não deixa de ser verdade, mas com uma lamentável ressalva: falta qualidade ao ensino.

No caso do Ensino Médio, com metade dos nossos jovens fora da escola, o problema se agrava. Não é seguramente nas ruas que eles formarão a sua personalidade. Todos concordam que é preciso ter um novo e revolucionário Ensino Médio, em nosso país. Como também é inadmissível manter o Ensino Superior com o quadro atual de baixos salários e greves sucessivas. Quando um sistema escolar faz uma greve de mais de noventa dias, sacrificando o ano letivo, algo nos diz que estamos vivendo uma crise de imensas proporções.



Melhorar as condições de vida dos professores é uma preocupação que deve ser prioritária, não só nos discursos oficiais. E valorizar a ética ou moral seria um complemento de primeira ordem.

Quando tocamos em ética, vale a pena lembrar a visita ao país em que hoje ela se coloca em primeiro lugar. Trata-se da Finlândia, considerada a nação mais transparente e que tem a melhor educação do mundo.

A pesquisa de um organismo da ONU colocou-a em primeiro lugar, com nota dez. Lá, não existe o menor resquício de corrupção. Todas as crianças têm direito ao mesmo ensino, os professores são estimulados, reconhecidos e bem remunerados. O segundo lugar é da Suécia, e o terceiro lugar é da Noruega. Parece que a região escandinava está vacinada contra o mau comportamento dos seus dirigentes e políticos, o que infelizmente não acontece no Brasil, que tirou o quadragésimo lugar, com 3,9 pontos.

Fiquei espantado que, na Finlândia, também se estude latim, no segundo e terceiro grau. A explicação foi dada pelo embaixador Asko Numminen: “Estudamos latim porque temos compromissos com a cultura clássica”. Há aulas de latim até pelo rádio. Na Finlândia, não há nenhum analfabeto. Todas as escolas são públicas e, nelas, há serviços de saúde e alimentação gratuitos. E todos os seus 135 mil estudantes universitários estão conectados à internet, podendo obter informações preciosas no mundo inteiro. Em nenhum outro país se alcança essa proporção. Eles estão, com toda certeza, vivendo na plenitude a sociedade do conhecimento.

Nada prejudicou esse comportamento, nem os 650 anos em que o país esteve sob o domínio da Suécia, nem porque, por igual período, e de forma bem mais violenta, esteve sob o jugo da Rússia. Assim,

a sua independência é relativamente recente, dela tendo nascido a inspiração do poema épico Kalevala, que tem para eles a importância que existe para nós em *Os Lusíadas*.

Tanto progresso, na terra de Sibelius e Paavo Nurmi (ganhou nove medalhas de ouro em duas Olimpíadas), não pode ser obra do acaso. Nem pode ser explicado pelo frio que faz no país dos mil lagos. O segredo foi a priorização do país na Educação.

Não basta dar educação para todos e badalar como um grande feito. É um dispositivo constitucional que não impediu o Brasil de ter ainda tantos analfabetos e manter um abominável tratamento salarial aos seus professores e especialistas. Quando essa questão for tratada de forma séria, poderemos ter uma esperança verdadeira de educação para todos – e de boa qualidade.

### Temas transversais

A transcendência (sua luz é a fé), a ética e a solidariedade devem ser propagadas nos lares e nos templos religiosos, de forma prioritária, o que não impede que algo se faça também nas escolas, como desejam 60% dos alunos pesquisados pela Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), que defende o ensino religioso de caráter não confessional. Assim, é possível dar à religião (do *latim religare*) o sentido etimológico de relação dos homens com o Todo-Poderoso, ou dos homens entre si, pelos laços da fraternidade.

Devem ser incluídos nos currículos, sem fugir da realidade de cada escola: ética, saúde, orientação sexual, meio ambiente, trabalho e consumo e pluralidade cultural. São os chamados temas transversais.

Os objetivos educacionais deverão priorizar a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico dos jovens, em particular, e de todos nós, em geral.

Os avanços tecnológicos nos dão a medida exata de que a memorização de conhecimentos é, atualmente, injustificável, pois o próprio conhecimento é rapidamente superado por outro mais novo, tornando velho e obsoleto aquilo que se aprendeu ontem. O que devemos esperar é que os estudantes desenvolvam competências básicas que lhes darão condições de continuar aprendendo e transferindo seus conhecimentos para situações reais do dia a dia de suas vidas.

## Modernização

Com a modernização e a facilidade de acesso à informação, é urgente a necessidade de reformular o ensino. Uma inovação que merece nossa atenção é a *flipped classroom* (sala de aula invertida), que propõe que os alunos estudem os conteúdos antes das aulas, utilizando vídeos, games ou outros recursos. O professor fica mais concentrado na tarefa de tirar dúvidas, o que aumenta a eficácia das aulas.

No formato de aula invertida, o professor grava vídeos de curta duração (5 a 15 minutos) em que apresenta os conceitos fundamentais de um determinado conteúdo. Os alunos, respeitando o ritmo individual, assistem às apresentações fora da sala e do período de aula. No encontro seguinte, os estudantes usam os conceitos apresentados no vídeo para solucionar problemas, com a ajuda do professor e de seus colegas. Assim, o que é entendido como aula, no esquema tradicional (a exposição de conceitos), transforma-se em “lição de casa”, e a resolução de questões para aprofundamento e sistematização, antes feita em casa, passa a ser uma das atividades em sala de aula.

## Ação transformadora

“A internet é perigosa para o ignorante e útil para o sábio, porque não filtra o conhecimento e congestionada a memória do usuário. O excesso de informação provoca amnésia. Informação demais faz mal.” As afirmações são do escritor, filósofo e semiólogo italiano Umberto Eco, um dos maiores críticos do papel das novas tecnologias no processo de disseminação de informação.

Mais importante do que refletir sobre o sistema de disponibilização do conhecimento é pensar no usuário da informação adquirida. Considerando que o país vive a triste dicotomia – “escolas do século XIX, professores com recursos do século XX e alunos conectados com o século XXI” –, percebe-se o despreparo de instituições democráticas para envolver e canalizar ações educativas ampliadas.

Segundo números presentes no Censo Escolar 2013, 65% das unidades de ensino do país, públicas e privadas, não têm bibliotecas. Desde 2010, quando entrou em vigor a Lei 12.244 – que obriga todos os gestores a providenciar, até 2020, espaços estruturados de leitura em suas unidades educacionais –, a situação praticamente não evoluiu. Naquele ano, só 33,1% das escolas tinham bibliotecas; em 2013, eram 35%.

Desconstruindo etimologicamente a palavra “biblioteca” em sua origem grega, ampliamos o alcance do seu significado. As bibliotecas físicas, futuramente, vão se transformar em espaços simbólicos. É preciso considerar a palavra *bíblion* (livro) e desconsiderar *téké*, pois os significados caixa e/ou depósito reduzem o novo e ainda desconcertante papel das bibliotecas.

Embora em melhor situação, as escolas particulares ainda estão longe da universalização dos espaços de leitura: apenas 59% delas os têm, ante 28,9% das públicas. Há também grande disparidade regional. Sul e Sudeste têm a maior concentração de bibliotecas, enquanto Norte e Nordeste enfrentam dificuldades. Rio Grande do Sul (63,41%), Minas Gerais (60,52%) e Paraná (58,05%) ocupam as três primeiras colocações; Acre (18,29%), Maranhão (13,88%) e Pará (15,83%), as últimas. O Rio está em sexto, com 46% de unidades equipadas. São Paulo tem só 24%, na 19ª colocação.

Com a modernização e a facilidade de acesso à informação, é urgente a necessidade brasileira de democratização do conhecimento. O digital não inviabiliza ou inutiliza o impresso. Eles se complementam e permitem às poucas bibliotecas existentes no país oferecer mais opções de conteúdo ao usuário, com variação de suporte, formato etc. A tendência é de acervos híbridos, com os ajustes que cada tipo de documento exige. O digital favorece a preservação, ao eliminar a manipulação e o deslocamento de originais. O acesso é ampliado, com títulos disponíveis nos catálogos das bibliotecas, podendo ser consultados de qualquer lugar, em qualquer horário.

A realidade do nosso país impõe uma solução transformadora. Consideramos que essa solução passa pela criação de um novo canal de distribuição em ambiente livre. Moralmente livre: “Segundo Bergson, há duas espécies de moral, a moral fechada e a moral aberta. A moral fechada é obscurantista e se move dentro do mesmo círculo, como um cão correndo atrás do próprio rabo. A moral aberta não é fixa, mas essencialmente progressiva e criadora. Dionisiaca. E aberta no sentido de que abarca a vida inteira no amor, proporciona o sentimento da liberdade e coincide com o próprio sentido da vida”.

Hoje, no Brasil, há 8,5 milhões de alunos no Ensino Médio. Desses, 85% estão matriculados em escolas públicas, 13% em escolas particulares, e 2% nas redes federal e municipal. As expectativas de formação profissional devem estar em sintonia com os arranjos produtivos locais (qualificação para o trabalho). Na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, cerca de dois milhões de jovens estão fora da escola (dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]).

### Vanguarda tecnológica

Vivemos tempos de vanguarda tecnológica global, que se apoia na física quântica. Convivemos com a vulgarização dos carros elétricos, com a revolução solar, há grandes ganhos de eficiência nos geradores eólicos, há novas formas de energia da biomassa, e a revolução dos semicondutores é uma realidade.

Não podemos desconhecer que nos próximos 15 anos cerca de 90% das notícias serão escritas por máquinas com conteúdo narrativo automatizado (robôs), e a educação deve se prevalecer desse progresso, que chegou igualmente ao Duolingo, plataforma que usa a inteligência artificial para ensinar idiomas a mais de 100 milhões de pessoas espalhadas no mundo. Sabe-se que essa experiência de aprendizado personalizado da plataforma pode ser estendida a outras áreas do conhecimento, como anuncia o Google.

Ora, nada mais promissor para a educação. O Brasil conhece a vitoriosa experiência da Nuvem de Livros, hoje com cerca de três milhões de usuários. Sabido que 73% desses alunos não têm acesso a uma biblioteca atualizada, a Nuvem de Livros aparece com um potencial imenso, podendo ser adequada ao estilo desses jovens. Nela se en-

contrará a melhor compreensão do que receberam em sala de aula dos seus professores, com elementos multimídia de apoio.

A Nuvem de Livros democratiza o acesso ao conhecimento para todos os alunos do Ensino Médio, até mesmo servindo como instrumento de reforço para as necessidades de preparo, com vistas aos exames do Enem. Uma boa curadoria pode ensejar a adaptação necessária, com o custo muito mais barato do que a manutenção de uma biblioteca formal. Sabe-se que quase todas as escolas, hoje, têm internet (discute-se apenas a questão da velocidade). Tudo pode ser acessado via senha dos alunos e professores, com o pormenor de que o sistema não prejudica a cadeia produtiva do livro, além de ser ecologicamente correta como solução de enriquecimento cultural. Quando se abre a perspectiva de valorização dos trabalhos em grupo, a Nuvem de Livros surge como riqueza inaudita, silenciosa, sem precisar ser acionada necessariamente na escola. Pode ser empregada em casa ou no trabalho, com idêntico proveito. Resolve, de forma competente, a tradicional queixa de que nossas escolas nem sempre dispõem de bibliotecas atualizadas e disponíveis.

### **Caminho sem volta**

A evolução tecnológica é uma tendência sem volta. Mas somente tecnologia não basta. É preciso inteligência para fazer com que a tecnologia fomente o interesse dos alunos e os ajude a enxergar uma dimensão mais ampla de mundo.

A conexão à internet implica que as situações de ensino-aprendizado não precisam se limitar ao espaço físico e ao tempo escolar. A internet cria o aluno 24 horas por dia, sete dias por semana.

O desafio das escolas será combinar metodologia de ensino e tecnologia, atualizando-se sempre com os novos aplicativos, com base no tripé competitividade, capacitação dos professores e gestão.

Poderia dar um telefonema ao ministro Mendonça Filho, que se comporta com tanta competência à frente do MEC. Ou enviar um recado por intermédio do seu sogro, o meu colega da Academia Brasileira de Letras, acadêmico Marcos Vinícius Vilaça. Afinal, eu e Ruth somos seus padrinhos de casamento, com a Taciana Cecília, numa lindíssima e inesquecível festa em Recife, na fazenda do artista Francisco Brennand. Algo assim não sairá nunca da nossa memória.

Mas prefiro a simples epístola, para ficar dentro do que o próprio MEC estabeleceu, ou seja, uma consulta pública *on-line*. Quem sabe, há de interessar às nossas atuais autoridades educacionais a opinião de um mestre com mais de sessenta anos de experiência e que deseja, por todos os motivos do mundo, ajudar o ministro a reduzir custos do Enem ou ampliar a sua eficácia.

Em primeiro lugar, louve-se o número de candidatos a que chegamos: 8,6 milhões. Não creio que haja algo parecido em outro país. Mas há uma brutal distorção na sequência do projeto: só fazem as provas cerca de seis milhões de jovens, uma quebra de cerca de pouco mais de 30% dos inscritos. Já imaginaram o desperdício na logística estabelecida quando se trabalha com esses números? Penso que haja uma causa determinante desse fenômeno: a existência do que denominamos “treineiros”, os que fazem a prova só para adquirir experiência, pois sabem que, sem ter os três anos do Ensino Médio, não poderão obter a certificação necessária. Pensar uma solução mais simples para os treineiros, desvinculando do Enem, já representaria uma brutal economia.

Depois, fugir de uma encenra anual, que é a prova aos sábados e domingos. O Brasil é um país que preserva a tradição dos sabadistas, ou seja, dos que não permitem provas aos sábados. Assim, se respeitaria a milenar tradição judaica e mais outras religiões, como os Adventistas do Sétimo Dia. Então, os dois dias de provas poderiam ser feitos num domingo e na segunda-feira seguinte (transformada em feriado escolar, o que não configura nenhuma grande dificuldade num país de tantos feriados ao longo do ano).

No questionário do MEC, convém responder que somos francamente favoráveis à manutenção do esquema de noventa questões por dia de prova, totalizando as 180 questões de hoje, mais a redação indispensável. Assim, será possível manter o esquema atual de avaliação, que é muito efetivo, sobretudo se considerarmos as escolas públicas que merecem de nós um carinho todo especial.

Pensando bem, e de acordo com cálculos que estão sendo realizados, a hipotética economia prevista nas alterações pretendidas nem é de grande monta. Será bem menor do que se imagina e não justifica os transtornos que provocará, num esquema que tem funcionado muito bem. A diminuição dos dias de prova, com a conseqüente redução do número de questões, prejudicará a abrangência curricular do Enem, indispensável, creio eu, à boa seleção de candidatos ao Ensino Superior, condição essa que permitiu a adesão maciça do sistema público ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), reconhecidamente o mais eficiente mecanismo educacional de inclusão.

O Sisu disponibiliza, hoje, 238 mil vagas no Ensino Superior público. É instrumento de inegável sucesso, responsável pela multiplicação de oportunidades de acesso, especialmente às universidades públicas, e bem assim pela louvável mobilidade geográfica e social de alunos de

pequenos centros em direção a notáveis instituições de todo o país. Nada justificaria, pois, essas mudanças.

Concluindo, para que, então, envolver todo o sistema educacional nessa incrível aventura? São essas singelas questões que deixo à consideração do meu estimado ministro, por quem nutro enorme respeito e carinho e a quem desejo, de coração, todo o maior êxito.

### **Prioridade absoluta**

A Educação de que o Brasil precisa, certamente, é prioridade nacional, que requer a mobilização de todos que vislumbram um país melhor. Devemos enfatizar o descontentamento com o quadro atual, de uma situação nitidamente precária. São necessários recursos apreciáveis para que se vivam os tempos de uma nova escola.

A produtividade do trabalho muito baixa no Brasil é também uma conseqüência da falta de políticas que procurem melhorar o desempenho da mão de obra no país. Isso se faz com o aperfeiçoamento da qualidade de ensino e de treinamento. O mau desempenho dos estudantes brasileiros nas avaliações internacionais e os movimentos generalizados de greves de professores mostram a situação crítica do ensino no Brasil.

O resultado da maneira com que o governo brasileiro vem tratando seus professores, alunos e funcionários veio na forma de números. Entre os 76 países avaliados pela OCDE, o Brasil ficou em 60<sup>o</sup> lugar, à frente dos países sul-americanos Argentina (em 62<sup>o</sup>), Colômbia (em 67<sup>o</sup>) e Peru (em 71<sup>o</sup>), que fazem parte das 15 últimas posições. No topo da tabela, sem nenhuma surpresa, estão os países asiáticos: em primeiro lugar Cingapura, seguido de Hong Kong e Coreia do Sul.

Hoje, no Brasil, discute-se o que são políticas públicas. Há uma plethora de significados, o que é compreensível, dada a diversidade cultural do nosso país. Uma coisa é certa: o emprego dos recursos financeiros disponíveis, que ainda são escassos, se faz de forma confusa. Querem um exemplo?

Nada menos de 21 estados brasileiros deixaram de aplicar R\$1,2 bilhão de reais no Ensino Básico, em 2009. A acusação é do Ministério da Educação. Esses recursos não foram repassados ao Fundeb. Foram desviados para outras atividades, possivelmente menos prioritárias.

Não é pouco dinheiro: no Rio foram R\$28 milhões, mas em São Paulo a irregularidade foi superior a R\$600 milhões. Se isso acontece e é denunciado publicamente, pode-se inferir que a perda é da própria educação, no seu conjunto, pois estremece a convicção de que a principal prioridade do nosso país estaria isenta de equívocos lamentáveis.

As políticas públicas devem ser transparentes, para que sejam apoiadas de forma total, numa representação do que chamamos de vontade política de corrigir os rumos do setor, que, atavicamente, sempre recebeu críticas, desde os primórdios do Brasil. Quando foi candidato à Presidência da República, no início do século passado, Ruy Barbosa já reclamava do elevado número de analfabetos existentes. Se ele voltasse à vida e à política, hoje, o seu discurso seria atualizado somente em relação aos números.

Estratégias, táticas e ações que configurem o planejamento a médio e longo prazos requerem mudanças que ainda estão longe de acontecer. Quando citamos desenvolvimento de competências, gestão integrada ou gestão corporativa, para o devido compartilhamento de tarefas, na discutida relação ensino-aprendizagem, parece que atraímos expressões de outro planeta. É natural que o resultado desse atraso secular

seja a reduzida satisfação de alunos e professores, comprometendo a necessária fidelização dos mesmos às escolas em que atuam. Vestir a camisa passou a ser expressão somente do futebol, mas deve valer também para o mundo da educação, com vistas aos seus resultados. A má qualidade da educação pública opera a favor da condenável desigualdade social.

*Palestra pronunciada em 14 de março de 2017*